



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DE ALUNOS COM
DIFICULDADE DE APRENDIZADO.**

SÂMIA BRANDIÃO BASTO

ORIENTADORA: MERCEDES VILLA CUPOLILLO

BRASÍLIA/2011

SÂMIA BRANDIAO BASTO

**INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DE ALUNOS COM
DIFICULDADE DE APRENDIZADO.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB

Orientador (a): Professora Doutora Mercedes Villa Cupolillo.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO**SÂMIA BRANDIÃO BASTO****INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DE ALUNOS COM
DIFICULDADE DE APRENDIZADO.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

MERCEDES VILLA CUPOLILLO (Orientador)

ÁLIA MARIA BARRIOS GONZÁLEZ NUNES (Examinador)

SÂMIA BRANDIÃO BASTO (Cursista)

BRASÍLIA/2011

Dedico este trabalho a todos os professores que contribuíram para que o curso fosse oferecido com qualidade e comprometimento, em especial às minhas professoras orientadoras Mercedes Villa Cupolillo e Ália Maria Barrios González Nunes que tiveram paciência, sabedoria e comprometimento comigo no decorrer de todo o curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família que me apoiou durante todo o curso, incentivando-me para que continuasse nessa jornada difícil de estudo e trabalho. A todos os meus colegas de trabalho e aos meus queridos e amados alunos que contribuíram para a realização desta monografia.

RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo de identificar e analisar as necessidades educativas de um grupo de alunos com dificuldades de aprendizagem, com o intuito de estruturar propostas mais abrangentes de inclusão escolar. A pesquisa analisou problemas que impedem com que alunos consigam efetivamente alcançar o aprendizado, colocando formas para que esses jovens sejam inseridos na escola e na sociedade. Pode-se perceber que existem diversos tipos de pessoas com necessidades especiais e que precisam de atenção para melhorar o aprendizado, crianças com dislexia, distúrbios mentais, entre outros, que complicam e dificultam o aprendizado na escola, além da família que não contribui para o desenvolvimento psicológico e para o aprendizado dos menores.

Palavras-chave: dificuldades de aprendizado, inclusão escolar.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1.1. PERSPECTIVA DE INCLUSÃO E APRENDIZADO DE ACORDO COM A LEI E EDUCADORES.....	10
1.1.1. A Lei na Educação Especial.....	10
1.1.2. Inclusão Escolar.....	11
1.1.3. Dificuldades de Aprendizado.....	14
1.1.4. Fracasso Escolar.....	15
2. OBJETIVOS.....	17
2.1. GERAL.....	17
2.2. ESPECÍFICO.....	17
3. METODOLOGIA.....	18
3.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA.....	18
3.2. CONTEXTO DA PESQUISA.....	20
3.3. PARTICIPANTES.....	21
3.4. MATERIAIS.....	23
3.5. INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS.....	23
3.6. PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS.....	23
3.7. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
4.1. ANÁLISE DA ENTREVISTA COM O CORPO DOCENTE.....	26
4.1.1. Família: a vilã das dificuldades de aprendizagem.....	26
4.1.2. Alunos: os responsáveis pelos problemas de aprendizado.....	26
4.1.3. Escola: a causadora dos problemas de aprendizado.....	27
4.1.4. A falta de investimento em educação como responsável pela precariedade do ensino.....	28
4.1.5. Tráfico X Ensino: problemas de ordem social e política.....	28
4.1.6. O professor e as necessidades especiais.....	29
4.2. ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO COM O CORPO DISCENTE.....	31
4.3. ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6. REFERÊNCIAS.....	39
7. APÊNDICES.....	42
8. ANEXOS.....	45

APRESENTAÇÃO

Trabalho com a educação de jovens e adultos, com o ensino médio e fundamental há nove anos e sempre tive a esperança de que o ensino público iria melhorar. Falta muito a ser feito, mas já estamos caminhando para um futuro mais promissor. Durante toda a minha jornada como professora, conheci diversos tipos de alunos que me ensinaram a ver a vida de maneiras diferentes e comecei a entender o que é Alteridade, que significa igualdade na diferença, ou seja, devemos conhecer cada pessoa particularmente para compreender seu modo de ser e agir. A partir desse momento, percebi que algo deveria ser feito para incluir educandos que possuíam necessidades de aprendizado como alunos com déficit de atenção, dislexia, entre outros, na escola, oferecendo um ensino de qualidade e oportunizando uma melhoria na qualidade de vida.

Conforme aborda a Constituição Federal de 1988, Artigo 205, “todos têm direito à educação” e a inclusão escolar vem inovar e garantir a todos, inclusive as pessoas com necessidades especiais, o direito a educação de qualidade. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular é uma tarefa árdua e necessária para melhorar a vida deles.

A escola é responsável por identificar no educando as dificuldades que possuem e as necessidades especiais que devem ser trabalhadas para oportunizar melhoria na qualidade de vida, conforme aborda a Resolução CNE/CBE Nº 2 de 11 de Setembro de 2001, no artigo 6º. Portanto, é importante que a instituição de ensino tenha conhecimento do local em que os alunos estão inseridos e as dificuldades que apresentam para que junto com o corpo docente e a família consigam identificar as necessidades especiais de cada indivíduo para trabalhar meios para solucionar problemas que impedem a inclusão escolar e social.

Todo Jovem precisa da escola para crescer como ser humano e como profissional. No entanto quando não aprende e apresenta dificuldade no processo de ensino-aprendizado, ele não se concentra e se torna um aluno indisciplinado, uma vez que não vê necessidade do conteúdo abordado em sala de aula para sua vida. Esse comportamento faz com que essas pessoas sejam excluídas do processo educativo, uma vez que possui déficits temporários ou permanentes e em função disso apresentam dificuldades para aprender.

O processo de inclusão escolar e social assim como o processo de construção do conhecimento nas escolas é importante para o desenvolvimento social, político e econômico de um país, pois a partir do momento que há a inclusão de pessoas com dificuldades de aprendizado nas escolas, efetivamente haverá mais oportunidades para que elas ingressem no mercado de trabalho.

Fazendo uma análise e pesquisa em livros escritos por Sasaki, Perrenoud, Bruner, entre outros autores conceituados, uma pessoa com necessidades especiais é aquela que tem impedimentos ao longo prazo, de natureza física, mental ou

sensorial que, em interação com outras pessoas ou materiais, pode ter restringido sua participação plena ou efetiva na escola e na sociedade.

Durante anos trabalhei com alunos que possuíam deficiência no aprendizado e eu como educadora não conseguia lidar com eles. Entendi, então, a necessidade de investigar problemas relacionados a déficits de atenção na escola para tentar melhorar o ensino, oportunizando a todos uma educação inclusiva e de qualidade. Portanto a investigação se torna importante a partir do momento que se percebe que existe um problema no ensino-aprendizado, uma vez que a maior dificuldade dos professores é saber lidar com alunos que possuem dificuldade de aprendizado como dislexia, déficit de aprendizado, distúrbios emocionais, transtornos mentais, entre outros, que impossibilitam os jovens de conseguirem alcançar o aprendizado.

Outro agravante é a participação da família na vida escolar dos filhos. Percebe-se que a maioria não participa da educação escolar das crianças, além de vários outros problemas que freqüentemente atinge os menores, como violência familiar, pobreza, abusos contra as crianças, entre outros, atrapalhando que os jovens se interesse pela escola e pelo ensino.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é identificar as necessidades educativas de um grupo de alunos com dificuldades de aprendizado e identificar os desafios atuais da inclusão escolar.

Portanto, esse trabalho será dividido em duas partes: a primeira abordará os problemas e as dificuldades no aprendizado e a segunda, a perspectiva dos professores em relação à dificuldade de aprendizado.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. PERSPECTIVA DE INCLUSÃO E APRENDIZADO DE ACORDO COM A LEI E EDUCADORES

1.1.1. A Lei na Educação Especial

Historicamente a Educação Especial foi marcada pela negligência e pelos maus tratos, ou seja, ausência total de atendimento aos deficientes que “eram jogados em esgotos, abandonados, perseguidos ou eliminados da sociedade, pois esta mesma sociedade legitimava a ação”. (BUENO, 2004, p. 72).

Nos séculos XVIII até meados do século XIX ocorreu a propagação da nova ideologia de que todo indivíduo é livre e, se todos são livres, logo todos são iguais e para preservar a igualdade viram que era necessário isolar “os especiais” das demais pessoas, sendo segregados e protegidos em instituições residenciais e hospícios. Este período foi denominado “institucionalização”.

No final do século XIX até meados do século XX, os “governantes” buscaram o desenvolvimento de escolas e/ou de classes especiais em escolas públicas, passaram então a oferecer às pessoas deficientes uma educação à parte, uma vez que essas pessoas passam a ser vistas como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade.

No final do século XX, década de 1970, observa-se um movimento pela integração social das pessoas que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los, em ambientes escolares “normais”, com aquelas pessoas consideradas normais, educando a criança até o limite de sua capacidade.

A Revolução Francesa, com os ideais iluministas: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, de acordo com Mendes (1995), trouxe ao Brasil a crença de que a educação iria fazer uma diferença enorme no desenvolvimento e na vida de todas as pessoas, incluindo aquelas que apresentavam necessidades especiais. Mas só em 1973 que começam a discussão sobre a Educação Especial, debates que pretendiam promover, em todo o território nacional, a expansão e a melhoria dos recursos, atendimentos aos indivíduos considerados excepcionais.

Em 1978, é aprovada uma emenda à Constituição Federal Brasileira e “assegurada aos deficientes à melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante educação especial e gratuita”. No Brasil, no entanto, a nova Constituição Federal, de 1988 torna a ideia oficial, com a promulgação da nova Constituição Federal:

Art. 205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]. Art. 208. O dever do Estado com a Educação

será efetivado mediante a garantia de: [...]; III- Atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)

Em 1989, é decretada a Lei Federal nº. 7.853/1989 que aborda que os estabelecimentos de ensino público ofereçam de forma obrigatória e gratuita Educação Especial a todos que necessitarem, ainda, considera crime, punível com reclusão de um a quatro anos e com multa para os dirigentes de ensino público ou particular, recusar ou suspender, sem justa causa, a matrícula de um aluno com ou sem necessidades especiais.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ou seja, a Lei Federal nº. 9.394/1996, impõe que a escola regular deverá oferecer, quando necessário, serviços de apoio especializado a todos os alunos considerados por ela especiais. Aborda também que caso tal apoio especializado não possa ser oferecido em escola regular (por motivo de especificidades do aluno), o atendimento educacional, portanto, ocorrerá em classes, escolas ou serviços especializados. A LDB afirma ainda que é responsabilidade do Estado oferecer atendimento especializado às pessoas com necessidades especiais desde a educação infantil, de zero a seis anos. A LDB visa assegurar que o sistema de ensino ofereça aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, proporcionando a todos os alunos condições adequadas para a vida e para sua integração na sociedade. No artigo 60 da LDB/1996 afirma ainda que:

Art. 60 - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico pelo Poder Público. Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades na própria rede pública regular de ensino, independente do apoio às instituições previsto neste artigo.

A inclusão escolar exige de todos uma reflexão com o objetivo de propor mudanças político-administrativas que satisfaça a comunidade escolar, principalmente em relação à gestão educacional, quando envolve recursos governamentais, é preciso que ocorra mais investimento em preparação de educadores, materiais de trabalho, além de estrutura física, para proporcionar a todos uma educação de qualidade e eficiente.

1.1.2. Inclusão Escolar

A inclusão social é uma política educativa importante para o desenvolvimento social do país, mas para que esse processo ocorra com sucesso é necessário maior investimento dos governantes.

O termo inclusão social está ligado a pessoas que possuem necessidades especiais e que precisam ser inseridos na escola, no mercado de trabalho, na sociedade e consigam melhorar a qualidade de vida.

No entanto o nome necessidades especiais será aqui utilizado com um termo mais amplo do que o expresso pela literatura que usa essa nomenclatura para a expressão “pessoas com deficiência”.

De acordo com o Sasaki: “necessidades especiais não deve ser tomado como sinônimo de deficiência (mentais, auditivas, visuais, físicas ou múltiplas)”. (2005, p. 15) Necessidades especiais devem ser destinadas à pessoas que possuem condições atípicas e que encontram dificuldades para serem inseridas na sociedade. Sasaki ainda aborda que:

“Voltando as necessidades especiais, estas então podem resultar de condições atípicas, tais como:

- Deficiência mental, física, auditiva, visual e múltipla;
- Autismo;
- Dificuldade de aprendizado;
- Insuficiências orgânicas;
- Superdotação;
- Problemas de conduta;
- Distúrbio de déficit de atenção com hiperatividade, distúrbio obsessivo compulsório, síndrome de Tourette;
- Distúrbios emocionais;
- Transtornos mentais.

Por outro lado, algumas das condições atípicas são, com frequência, agravadas por – ou resultantes de – situações sociais marginalizantes ou excludentes como, por exemplo: trabalho infantil, prostituição e privação cultural, assim como “pobreza, desnutrição, saneamento precário e abuso persistente e severo” contra crianças, e “falta de estímulo do ambiente e de escolaridade”. (2005, p.16)

Portanto percebe-se que existe um agravante em relação às pessoas que apresentam necessidades especiais e precisam de oportunidades para mudar essa situação. A pobreza, a má distribuição de renda, a estrutura familiar falida entram que alunos com problemas de aprendizado consigam melhorar sua capacidade de entendimento, sua condição de vida e acabam permanecendo excluídos da sociedade.

Pode-se entender que a inclusão é um grande passo para melhorar o desenvolvimento social, pois será a “construção da sociedade realmente para todas as pessoas”. (Sasaki, 2005, p.17)

Sasaki alega que a inclusão social é um importante processo de construção de uma sociedade em que realmente todos sejam inseridos e para que isso aconteça é necessário que as pessoas participem de forma ativa e permanente, sendo assim a inclusão tem por objetivo:

- Celebração das diferenças,
- Direito de pertencer,
- Valorização da diversidade humana,
- Igual importância das minorias,
- Cidadania com qualidade de vida. (2005, p.17)

Dentro desse contexto, deve-se entender que o objetivo da inclusão escolar e social é construir uma sociedade que seja realmente de todas as pessoas, independentemente de cor, raça, idade, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outra diferença social.

A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada em 1995, em seu artigo 7, diz o seguinte :

“As pessoas deficientes têm direito a tratamentos médico, psicólogo e funcional, inclusive aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação física, à reabilitação social, à educação, ao treinamento e reabilitação profissionais, à assistência, ao aconselhamento, aos serviços que lhes possibilitarão desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo e aceleração o processo de integração ou reintegração social. (United Nations, 1978)” (Sasaki, 2005, p. 28)

Portanto é direito de todos os alunos e pessoas com necessidades especiais serem inseridos na sociedade e na escola, com direito a educação de qualidade, saúde, lazer. Dessa forma, os governantes devem investir para que as escolas sejam preparadas em estrutura física e pessoal com o objetivo de inserir alunos com necessidades especiais na sociedade, formando cidadãos com competências para solucionar problemas do cotidiano e melhorar a qualidade de vida.

Incluir uma pessoa na escola, principalmente com alguma deficiência, não é fácil, mas as políticas nacionais de educação garantem que ocorra uma educação inclusiva.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O atendimento educacional especializado é direito de todos os alunos que possuem alguma necessidade especial. A dificuldade de aprendizado é uma necessidade que deve ser vista como grave e que afeta toda a sociedade, pois a partir do momento que o jovem não consegue aprender, ele fica disperso e sem interesse em continuar os estudos.

Claro que a escola deve ser atrativa e buscar criar meios de atrair o adolescente, fazendo com que ele participe mais das atividades escolares e desenvolva sua autonomia. Ela é um importante local para a construção do conhecimento e uma instituição social necessária para o crescimento pessoal e profissional de adolescentes.

De acordo com Maciel e Raposo (2010):

A escola organiza sua metodologia de ensino em torno de fatos, princípios e regras que precisam ser ‘retidos’, recordados e depois aplicados. Este tipo de pedagogia já foi bastante discutida e criticada, com maior ou menor ênfase, ao longo de todo o século XX, por diversos teóricos que se preocuparam com a busca de um entendimento sobre o desenvolvimento e a aprendizagem humanos.

Portanto a escola é uma instituição que busca o desenvolvimento humano e metodologias que ajudem no aprendizado do aluno e na sua inclusão social.

1.1.3. Dificuldades de Aprendizado

A literatura apresenta diversas definições para dificuldade de aprendizagem. De acordo com Santos e Marturano: “Dificuldades de aprendizagem são vistas como uma condição de vulnerabilidade psicossocial”. A criança que apresenta dificuldades de aprendizado pode desenvolver problemas emocionais que dificultarão sua vida familiar e social, podendo se tornar uma pessoa com baixa auto-estima e sentimento de inferioridade.

O problema maior, no entanto, aparece quando as crianças passam da fase infantil para a adolescência, é nesse momento que surge a falta de interesse e o fracasso escolar, pois o jovem deixa a escola por não conseguir aprender, muitos arrumam um subemprego, outros ingressam no mundo do crime:

Na adolescência, o fracasso escolar persistente traz o risco de desadaptação psicossocial associado à evasão. O abandono da escola pode levar ao sub-emprego, à probabilidade aumentada de afiliar-se a grupos marginalizados e a outras circunstâncias que restringem o acesso a oportunidades favoráveis e aumentam a probabilidade de desadaptação. (Maughan, Gray & Rutter, 1985).(Citados por Santos e Marturano, 1999)

Portanto quando a escola consegue identificar que a criança possui algum problema de saúde que requer um atendimento especializado, essa dificuldade pode ser sanada antes que o aluno se torne um adolescente.

No entanto, a dificuldade de aprendizado é um problema que ocorre na maioria das escolas, simplesmente porque o déficit não foi detectado antes ou porque não há interesse do aluno em aprender, pois uma grande parte dos adolescentes em fase de aprendizado conversa em excesso, são indisciplinados e não demonstraram interesse em estudar.

Alguns estudiosos, para justificar o fracasso escolar, abordam que a escola não é atrativa e possui um modelo tradicional de ensino, ou seja, o aluno recebe o que é imposto pelo professor, pouco questiona ou participa das aulas.

Bruner (2001), por exemplo, afirma que o modelo educacional é baseado exclusivamente na transmissão de conhecimentos. Que o professor é detentor de todo o conhecimento e possui o objetivo de transmitir qualquer conteúdo ao aluno que aceita sem questionar e recebe nota por absorver determinado conteúdo.

Dessa forma, torna-se difícil superar a questão do fracasso escolar e da dificuldade que o jovem tem em aprender, pois não há investimento em mudanças, em infraestrutura, em especialização, oferecendo ao educador recursos para que possa fazer das aulas atrativas e um instrumento de conhecimento.

Identificar, no entanto, essas dificuldades é uma necessidade e dever da escola. Percebe-se que alguns alunos precisam de acompanhamento especial, pois possuem disritmia, dislexia, ou ainda, disfunção cerebral mínima, hiperatividade e deficiência mental leve, disfunções que não são identificados logo no início do ano letivo, pois não possui laudo médico, essas deficiências afetam a aprendizagem, principalmente daqueles economicamente desfavorecidos.

1.1.4. Fracasso Escolar

Entender o fracasso escolar é um ponto importante para tentarmos melhorar a qualidade da educação no Brasil. Pode-se perceber que o número de pesquisas relacionadas ao tema é grande, uma vez que especialistas responsáveis pela educação vêm elaborando e adotando medidas político-administrativas e pedagógicas para tentar diminuir a falta de aprendizado, a evasão, o número de alunos fora das escolas e o considerado fracasso escolar.

De acordo com o processo histórico, percebe-se que o fracasso escolar estava ligado ao fator biológico, ou seja, as causas estavam relacionadas a fatores genéticos, raciais ou hereditários dos indivíduos. Somente por volta dos anos 70 que essas teorias começaram a ser questionadas, surgindo assim um novo discurso que explicavam o fracasso escolar como um problema cultural dos alunos, originando as teorias da carência cultural.

Pesquisas realizadas recentemente com especialistas importantes como Patto (1996); Cruz (1987); Machado (1994); entre outros, mostram que existe uma preocupação em mudar a discussão sobre o tema, visando “contextualizar o problema dentro do pensamento histórico brasileiro”, a desigualdade social e o preconceito seriam um problema agravante do fracasso escolar.

Portanto a escola reproduz as desigualdades sociais, que é reflexo da nossa sociedade, mas ainda convivemos com problemas relacionados aos aspectos biológicos, emocionais, culturais e familiares que ajudam a explicar as causas do fracasso escolar. Conforme aborda Patto (1996), o preconceito e a desvalorização impregnam toda a prática escolar “desde as discussões referentes à política educacional até a relação diária de professores com seus alunos”.

Quando a escola vê o aluno como ser incompetente, é extremamente dominadora e autoritária, acaba excluindo, pois cria um estereótipo de aluno marginalizado, culpando-o pelo seu insucesso escolar, relacionando à falta de aprendizado a problemas pessoais, emocionais, cultural e familiar. É comum ouvir nas escolas que diversos alunos possuem disritmia, dislexia, ou ainda, disfunção cerebral mínima, hiperatividade e deficiência mental leve para justificar a falta de aprendizado deles, principalmente daqueles economicamente desfavorecidos.

De acordo com Werner (2000), a relação existente entre o fracasso escolar e a doença é algo que existe tanto em relação aos profissionais da educação quanto aos da saúde. Essas argumentações se intensificam quando o sujeito possuir menor poder aquisitivo.

Percebe-se, portanto, que há uma identificação de problemas no aprendizado e apesar das pesquisas e das tentativas em superar o fracasso nas escolas muito ainda deve ser feito, não adianta os professores culparem o sistema e a família, ou o sistema culpar os professores. Enquanto não pensarem em melhores condições de trabalho, investimento e de oportunidade a situação permanecerá a mesma. É preciso investir muito em educação, não apenas financeiramente, mas também em melhores condições de trabalho para toda a comunidade escolar, principalmente para a equipe docente.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

Identificar e analisar quais as necessidades e desafios atuais da inclusão escolar de alunos com Dificuldades de Aprendizado na escola regular.

2.2. ESPECÍFICO

Identificar as necessidades educativas de um grupo de alunos com dificuldades de aprendizagem, através da análise de sua história acadêmica e familiar; Identificar os desafios atuais da inclusão escolar, através da análise da percepção dos professores sobre o tema.

3. METODOLOGIA

3.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA

A presente pesquisa teve uma abordagem qualitativa cuja proposta é “documentar o não documentado”, conforme Chizzotti (1995, p. 52) que assim a descreve:

Fundamentam-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na com participação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta.

De acordo com Richardson (1989, p.39):

Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A pesquisa de campo de caráter qualitativo foi escolhida por envolver aspectos como complexidade das experiências profissionais e pessoais relacionadas à equipe escolar e aos alunos. Os instrumentos de pesquisa considerados adequados para o desenvolvimento da investigação qualitativa foram: a entrevista para os docentes, os questionários para os discentes e observação para os dois, com o intuito de aprofundar a investigação, pois, o objetivo era trabalhar os cenários sociais muito específicos, no caso os docentes que possuem relação direta com alunos com necessidades especiais e os educandos que possuem dificuldades de aprendizagem, esses tipos de pesquisa ainda possuem caracteres de profundidade e detalhamento.

Durante anos acreditou-se que os problemas educacionais poderiam ser explicados através da pesquisa analítica, de cunho quantitativo, no entanto percebeu-se que os resultados obtidos não eram compreendidos, uma vez que não consideravam as características do momento, do lugar e das pessoas que estavam envolvidas no processo. A importância da pesquisa educacional não seria, então, entender o dinamismo da realidade, pois separava a complexidade de seu objeto de estudo com sua realidade histórica. “Acreditava-se também na perfeita separação entre o sujeito da pesquisa, o pesquisador e seu objeto de estudo e, ainda, na necessidade de o pesquisador manter-se o mais afastado possível desse objeto, para que seus valores e preferências não influenciassem o ato de conhecer.” (ANDRÉ, 1995)

No entanto, percebe-se que em educação não é bem assim que o conhecimento se processa. A pesquisa requer investigação e interrogação do pesquisador, experiência no assunto, ou seja, a teoria que conhece será importante na transformação do que foi pesquisado, o investigador deve interagir com o objeto de estudo e a realidade em que está inserido. Agindo e interagindo ele poderá tirar suas

análises e conclusões importantes que poderão levar a existência de novas propostas de compreensão de determinados problemas.

Portanto optou-se por uma metodologia qualitativa, uma vez que o pesquisador esteve em contato direto com a situação estudada, na relação com os participantes e os fatos que envolvem seu contexto social. Conforme abordam Maciel e Raposo (2010):

A definição do problema representa o primeiro momento do projeto de pesquisa e, também, uma construção em processo que vai se desenvolvendo por novas e diversas formas no curso da investigação, ou seja, ele poderá se modificar e adequar às novidades, a partir da interação que existir entre o pesquisador, o pesquisado e a pesquisa em si. Isso ocorre porque a pesquisa qualitativa representa um processo permanente de produção de conhecimento, onde os resultados parciais se integram de forma permanente com novas interrogações e abrem novos caminhos à produção de conhecimento.

A entrevista proporcionou a identificação de dificuldades que os docentes possuem para ensinar alunos com problemas no aprendizado. De acordo com Duarte (2004) a entrevista é um importante instrumento na pesquisa qualitativa e a mais requisitada pelos investigadores. Ela foi semiestruturada com o objetivo de criar um espaço que os profissionais de educação pudessem expressar suas idéias.

Além da entrevista, utilizamos o questionário, que continha perguntas fechadas, com a intenção de caracterização da população investigada. As perguntas fechadas apresentaram alternativas de respostas fixas e previamente estabelecidas.

O questionário propiciou uma identificação sobre os alunos com dificuldades de aprendizado e necessidades especiais, os hábitos de estudar em casa e na escola, as ações utilizadas para tirar dúvidas com os professores e participação ativa nas aulas. Pode-se dizer que o questionário é um importante instrumento para se colher informações que se quer obter com mais delimitação do tema.

A observação proporcionou ao investigador refletir sobre as informações que obteve na entrevista e no questionário respondido pelos professores e alunos, e as articulações com as ações e a prática em sala de aula. A observação é um importante instrumento metodológico, pois aproxima o pesquisador do grupo que será investigado. Considera-se importante que a inserção do investigador seja realizada com sucesso, pois ele se aproxima do grupo para obter as informações que deseja. De acordo com Chizzotti (1995) é imprescindível a presença do pesquisador no espaço da pesquisa, para que ele conheça a história do grupo e o local onde estão inseridos.

A pesquisa bibliográfica oportunizou melhor embasamento para a compreensão da importância do projeto e a necessidade de construir um conceito que levasse a uma reflexão sobre o assunto. Para a realização dela, foram utilizados livros, publicações periódicas, artigos etc. que fossem necessários para o desenvolvimento do tema.

É importante ressaltar que a observação envolveu personagens importantes no cotidiano escolar como professores e alunos que encontraram dificuldades de se

obter um aprendizado e uma mudança efetiva na educação. Foi necessário fazer uma reflexão, com o objetivo de entender o cotidiano dos alunos e as dificuldades encontradas por eles e por seus professores, uma vez que foi observado um problema que os educadores possuem para tratar esses jovens com déficit de atenção e aprendizado.

O professor é um profissional que precisa entender as necessidades dos alunos para conseguir lidar com eles. Deve pensar na ação e em maneiras que poderão sanar as dificuldades do alunado, planejando e usando métodos para buscar formas de trabalhar os problemas encontrados em sala de aula, para proporcionar um aprendizado de qualidade e efetivo. Ele deve avaliar o seu trabalho e pesquisar para melhorar seus métodos, tornando um professor reflexivo das suas ações. Nesse sentido pode-se dizer que o diálogo é um instrumento importante para evolução do educando e para que o professor passe a refletir sobre os seus atos diante de certas situações. De acordo com Maciel e Raposo (2010):

O professor reflexivo de Schön compreende de forma crítica a complexidade do real e sua competência assume caráter holístico, alicerçada no diálogo reflexivo com a situação problemática. Entretanto, esse diálogo do professor não pode ser um ato isolado, mas composto, pelos menos, em três momentos: um diálogo consigo; um diálogo com os outros, incluindo os que antes de nós construíram conhecimentos que são referências; e o diálogo com a própria situação, incluindo os estudantes.

Portando, com base nas informações citadas acima, essa pesquisa partiu de situações do cotidiano escolar dos alunos que possuem dificuldades de aprendizado e que precisam de ajuda para conseguir recuperar a auto-estima e sanar as dificuldades que possuem para obter um aprendizado efetivo, que proporcione uma mudança na qualidade de vida deles.

O trabalho foi estruturado de acordo com os problemas encontrados para o aprendizado, articulando os conhecimentos adquiridos e as capacidades com a compreensão da dinâmica e inclusão escolar e social. Busca-se através das metodologias uma reflexão sobre alunos que apresentam déficit de aprendizado por algum motivo, pois ele cria e recria o conhecimento, facilitando dessa forma a compreensão e garantindo um bom desenvolvimento da pesquisa.

A metodologia utilizada deve propiciar uma reflexão sobre questões e a posição do homem diante da realidade em que vive, os problemas e as possíveis soluções, sempre com uma postura ativa, na qual a teoria e a prática das aulas proporcionem uma interação que possibilite o aprendizado dos alunos com necessidades especiais, considerando como elemento importante o planejamento das atividades que serão adotadas em sala de aula.

3.2. CONTEXTO DA PESQUISA

A instituição escolar foi considerada como o espaço privilegiado do processo ensino-aprendizagem, ou seja, o sujeito só é educado no momento em que ele entrou na escola. Essa concepção ainda é encontrada na visão de muitos educadores, no

entanto, há de se convir que a aprendizagem se faz a todo momento, principalmente no que se refere a inclusão escolar. Nesse sentido, a importância em buscar meios para inserir o aluno na escola e na sociedade vem transformar a educação e fazer com que os profissionais sejam capacitados com o intuito de construir novos espaços para o aluno considerado especial, além de estabelecer um diálogo crítico facilitando o desenvolvimento na prática escolar.

Portanto a pesquisa aconteceu em uma escola estadual de Ensino Médio, localizada no município de Serra, no estado do Espírito Santo. A maioria das pessoas que habitam essa região é de classe médio-baixa e trabalham para conseguir sustentar suas famílias. Os responsáveis raramente vão à escola para tratar de problemas relacionados aos menores.

A Instituição é localizada numa região turística, mas de intenso tráfico de drogas e violência e pouca oferta de emprego, ou seja, a maioria dos alunos termina o ensino médio e vão trabalhar como pescadores, domésticas, vendedores ou em bairros vizinhos. A Universidade mais próxima fica a mais ou menos duas horas da região o que dificulta o interesse dos educandos que terminam o ensino médio a buscarem um curso superior.

3.3. PARTICIPANTES

Os Participantes da pesquisa foram alunos e professores do Ensino Médio escolhidos intencionalmente pelo pesquisador com base no julgamento sobre a oportunidade de investigação do fenômeno que interessa a pesquisa.

O critério de escolha dos professores aconteceu devido ao convívio escolar e ao número de aulas (quatro vezes por semana) que cada professor tinha por série no ensino médio. Foram selecionados, então, quatro professores: dois de Língua Portuguesa e dois de Matemática.

Para preservar as identidades, os professores entrevistados foram identificados por números.

A professora número 1 de português é efetiva do turno matutino e possui extensão de carga horária à tarde, ela trabalha na escola desde 2003, durante quatro anos lecionou naquela região, ou seja, até 2006, em 2007 trabalhou em empresa privada, retornou em 2008 após ser aprovada em concurso público. Ela mora próximo à região em que se localiza a instituição de ensino, portanto conhece a realidade dos alunos.

A professora número 2 de português é contratada por designação temporária e é o segundo ano que trabalha na escola. Em 2008 ministrou aula durante o turno matutino e em 2010 retornou à escola, pela manhã como coordenadora e à tarde com educadora, possuindo 50 horas semanais. Ela mora próximo à região em que se localiza a instituição de ensino.

A professora número 3 de Matemática foi efetivada em 2008 tanto na prefeitura como no estado, possui 50 horas semanais de trabalho, mora próximo à escola, em um bairro

vizinho desde 2003, leciona na instituição da pesquisa desde 2006 além de trabalhar em uma escola da prefeitura localizada no mesmo bairro. Conhece a maioria dos alunos e a realidade deles.

O professor número 4 de matemática reside próximo à escola desde 2004, e trabalha nela desde 2005, também é efetivo em uma escola da prefeitura que fica a alguns metros da instituição de educação da pesquisa. Conhece a maioria dos alunos desde o ensino fundamental.

Todos os quatro professores foram selecionados, pois tinham um contato maior com alunos considerados especiais, além de morar próximo e conhecer a realidade e a região em que os educandos estão inseridos.

O critério de escolha dos alunos foi através de uma análise feita pela pesquisadora e por esses quatro professores, pois eles trabalham na instituição de ensino escolhida para a pesquisa, o objetivo é identificar alunos que possuem déficit de aprendizado, não detinham conhecimento suficiente para cursarem o ensino médio e precisariam de uma atenção especial.

Para alcançar os resultados da pesquisa foi solicitado aos alunos que respondessem a um questionário sobre vida acadêmica de cada um deles, com o intuito de tentar entender se eles procuram sanar as dificuldades que têm em sala de aula.

Foram seis alunos selecionados, com média de idade entre quinze e vinte dois anos, que estão cursando a primeira e a segunda série do Ensino Médio, no turno matutino e vespertino, apresentam grandes dificuldades de aprendizado e desvio de comportamento. Na pesquisa, eles foram identificados por nomes fictícios para respeitar a identidade deles.

O aluno Jorge possui 18 anos, foi reprovado em 2009, pois possui um grande déficit de aprendizado e não consegue acompanhar o desenvolvimento da turma, cursa a primeira série do ensino médio, é extremamente tímido e calado em sala de aula.

O aluno Matheus, com 15 anos de idade, foi reprovado em 2009, pois é um adolescente agitado, faltoso e sem compromisso com os estudos. Os colegas e a coordenação alegam que está envolvido com drogas. Ficou preso em 2010 durante 40 dias por tráfico de entorpecentes.

A aluna Josefina possui 22 anos, tem problemas na visão (baixa visão), é uma menina desinteressada, faltosa, com problemas familiares sérios, ela sustenta a família com a aposentadoria que ganha. Foi aprovada pelo conselho escolar em 2010 e este ano cursa o terceiro ano do ensino médio.

A aluna Mirtes tem 20 anos, é interessada, comprometida, mas com problemas sérios de aprendizagem, pois não consegue ler e escrever corretamente. Em 2008 ficou reprovada em Português e Geografia. Tem dois filhos pequenos o que a impede de estudar mais em casa.

O aluno Paulo tem 16 anos é agitado e conversa muito na sala. Os responsáveis são chamados constantemente à escola para resolver problemas de comportamento. Aparentemente não possui características de aluno especial.

O aluno Pedro tem 17 anos e possui problemas de audição, é brincalhão, esforçado, mas possui déficit de aprendizado.

É interessante ressaltar que a família destes alunos dificilmente aparece na escola para tratar de assuntos relacionados ao aprendizado.

3.4. MATERIAIS

O material utilizado na pesquisa foi o questionário para os alunos responderem a respeito da vida acadêmica e pessoal deles, um gravador e uma fita para registrar as conversas feitas com os professores a respeito das experiências profissionais e as dificuldades de aprendizado dos alunos em sala de aula.

3.5. INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

Os instrumentos utilizados para a pesquisa foram: questionário para os discentes e entrevista para os docentes.

O questionário foi um instrumento importante para obter informações necessárias para a análise e construção do trabalho, delimitando as respostas que necessitaria para a construção dos resultados.

A entrevista foi um instrumento importante para a análise e construção dos resultados, proporcionou ainda identificar dificuldades que os docentes possuem para ensinar alunos com déficit de aprendizado e de atenção.

Portanto foi extremamente necessário orientar a entrevista para se alcançar o que era desejado, entender como os docentes lidam com problemas relacionados à educação na sala de aula, além de conhecer um pouco sua experiência como educador.

3.6. PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

A construção dos dados proporcionou uma reflexão sobre as dificuldades de alunos e professores com relação à educação inclusiva, o objetivo é melhorar a qualidade de ensino e tentar inserir alunos com déficit de aprendizado na escola e na sociedade.

Percebe-se que existe muita dificuldade para lidar com alunos que possuem comportamento diferente em sala, alguns calados demais e outros extremamente exaltados e indisciplinados, pessoas que não conseguiam aprender e se interessar

pelos estudos, mesmo alguns educadores trabalhando de maneira criativa: contando piadas, ensinando com música ou fazendo atividades diferenciadas como torta na cara, soletrando, pagando mico, entre outros projetos para melhorar a compreensão da disciplina.

Os professores selecionados possuíam maior número de aulas por semana e conhecem a realidade e a região em que os alunos estão inseridos. Os alunos foram selecionados por apresentar déficit de aprendizado.

Nota-se que a equipe de trabalho possui um bom relacionamento e sempre conversa a respeito dos alunos e o que pode ser feito para melhorar a escola e o aprendizado. Os docentes entrevistados foram comunicados sobre o curso de Inclusão Escolar e autorizaram a realização da entrevista. A primeira pergunta foi sobre a vida de cada um, quanto tempo de trabalho possuíam como educadores, sobre o fracasso dos alunos, as dificuldades que possuíam em sala de aula, quantos alunos com deficiência eles possuíam e sobre o fracasso escolar, foi um bate-papo interessante em que todos contribuíram para a pesquisa.

Para o corpo discente, o questionário foi um instrumento importante para a análise do comportamento dos alunos em sala e em casa. As perguntas foram delimitadas com o intuito de analisar se eles têm o hábito de estudar com a ajuda dos responsáveis e de tirar as dúvidas com os professores.

3.7. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A primeira etapa da pesquisa foi executada de forma a verificar os déficits de aprendizado e as dificuldades que os alunos com necessidades especiais possuem nas escolas de Ensino Médio.

Já a segunda etapa teve como objetivo analisar o relacionamento existente entre os professores e os alunos, pelo menos na aparência ou significativamente, do cotidiano escolar. E mais diretamente recolher dados e informações em nível de interesse e expectativas dos professores diante da situação vivenciada em sala de aula.

O objetivo foi identificar as necessidades educativas de um grupo de alunos com dificuldades de aprendizagem, através da análise de sua história acadêmica e familiar e identificar os desafios atuais da inclusão escolar, através da análise da percepção dos professores sobre o tema.

Os dados foram analisados com muita precisão. O objetivo era entender as dificuldades que os professores têm com os alunos que possuem déficit de atenção e algum tipo de deficiência e o que impede que eles trabalhem de maneira inclusiva.

Durante a entrevista, nota-se que os educadores atribuem a dificuldade de aprendizado a vários problemas relacionados aos discentes como família, desinteresse e indisciplina. Percebe-se também que a falta de investimento em educação, o tráfico de drogas, pouco tempo de planejamento, são outros empecilhos que entram a busca por um ensino inclusivo e de qualidade.

Os alunos que responderam o questionário são jovens que possuem dificuldades de aprendizado, seja por problemas relacionados à deficiência física ou déficit de aprendizado.

Durante a pesquisa, nota-se que dos seis alunos, cinco alegaram que a família não participa ativamente da educação dos jovens e não se envolve com a escola, portanto eles não possuem o hábito de estudar. Outro fator que impede que os alunos aprendam é a dificuldade que possuem para entender determinados conteúdos e o desinteresse em buscar o aprendizado quando percebem que não conseguirão acompanhar o desempenho da turma.

A observação proporcionou uma análise do relacionamento entre professor e aluno, o objetivo era tentar entender como cada um trabalha as dificuldades que possuem e o que faz para melhorar o relacionamento e a qualidade do ensino em sala de aula.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. ANÁLISE DA ENTREVISTA COM O CORPO DOCENTE

A partir da pesquisa realizada, pode-se dizer que os professores entrevistados são pós-graduados e estão atuando na área a mais de oito anos. São pessoas que acreditam que a educação pode melhorar e os profissionais devem ser mais bem remunerados. Percebe-se que eles atribuem a dificuldade de aprendizado a problemas familiares, ao desinteresse e à indisciplina dos alunos, à falta de investimento em educação e ao tráfico de drogas, mas não fazem nada para melhorar o ambiente de aprendizado por falta de tempo de planejamento, por serem mal remunerados e por precisarem trabalhar em dois horários. Nos itens abaixo apresentamos as categorias analisadas na pesquisa

4.1.1. Família: a vilã das dificuldades de aprendizagem

Nessa categoria, os professores discorreram sobre as causas das dificuldades dos alunos com necessidades especiais, afirmando que essas crianças não possuem um acompanhamento adequado da família, do próprio aluno, da escola e dos governantes.

Em relação à família, os professores abordam situações de violência doméstica, de separação dos pais e de responsáveis que não participam da vida escolar dos jovens, entre outros. Entre as afirmações, destacam-se:

“...É difícil algum pai me procurar para tratar de assuntos educacionais dessas crianças, é mais fácil o responsável me culpar por não aprovar esse jovem do que por não ensiná-lo...” (professor 1)

“O maior problema que encontramos com alunos que possuem déficit de aprendizado está na família. Conheço alunos que foram violentados sexualmente e hoje são traumatizados...” (professor 3)

“A família não participa da vida do aluno, o pai não se preocupa com que o seu filho faz lá fora, vai se preocupar com os estudos.” (professor 4)

“...A mãe de uma aluna com necessidade especial compareceu à escola para me perguntar por que a menina tinha ficado de recuperação, mas não veio me propor, durante todo o ano letivo, métodos para ela trabalhar com a aluna em casa...” (professor 2)

4.1.2. Alunos: os responsáveis pelos problemas de aprendizado

Em relação aos alunos, os entrevistados atribuem ao próprio jovem as causas de suas dificuldades com a aprendizagem. Alegam que o déficit de aprendizado ocorre

devido à falta de concentração, hiperatividade, dislexia e desinteresse, além da carência emocional. Os relatos são:

“...muitos alunos possuem dislexia e não sabem, trocam as letras quando produzem texto, e na avaliação não conseguem acompanhar a turma e acabam desistindo...” (professor 2)

“A falta de interesse nos estudos é a principal causa do fracasso do aluno, a indisciplina e a dislexia também...” (professor 4)

“Alguns alunos possuem hiperatividade, por isso não conseguem se concentrar para fazer as atividades, atribuo isso ao fracasso escolar e ao déficit de aprendizado.” (professor 1)

“A dislexia não é considerada como uma deficiência e é um problema sério na vida de muitos alunos.” (professor 3)

4.1.3. Escola: a causadora dos problemas de aprendizado

Os problemas referentes à escola, segundo os entrevistados, estão na falta de estrutura para trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais, parece que os alunos têm que se adequar à escola e não o contrário. Outro problema detectado é em relação ao tempo de planejamento que é pouco, pois eles precisam planejar as aulas, corrigir provas e trabalhos e ainda propor projetos para a escola, o que fica impossível reservar um tempo para destinar tarefas aos adolescentes que possuem deficiência ou déficit de aprendizado:

“Se o professor não tiver um tempo maior para planejar, pode ocorrer até investimento pesado na educação, porém ainda assim não terá de qualidade.” (professor 3)

“A escola não oferece estrutura para o professor trabalhar com os alunos com necessidades especiais, só um professor itinerante não é suficiente, falta material de apoio pedagógico e planejamento para fazermos uma atividade atraente para esses alunos...” (professor 2)

“O maior problema das escolas em relação aos alunos com necessidades especiais, seja deficiência física ou mental como a dislexia, está na falta da estrutura e planejamento nas escolas.” (professor 1)

“As escolas deveriam oferecer meios para que o professor trabalhe as necessidades educacionais dos alunos especiais, não só aqueles que possuem deficiências, mas no caso da nossa escola em que a maioria é pobre, aqueles adolescentes que possuem déficit de aprendizado também.” (professor 4)

4.1.4. A falta de investimento em educação como responsável pela precariedade do ensino

Em relação aos governantes, os professores afirmam que para melhorar a educação é preciso investimento, valorizar melhor os professores com salários dignos e formação continuada, e uma política de inclusão, melhorando o tempo de planejamento e o número de alunos na sala de aula:

“Vejo o governo preocupado em “depositar” as crianças todas nas escolas sem se preocupar com o que será feito com elas, com péssima estrutura. E aí, quando vem algum tipo de avaliação, a culpa é de quem? Do professor.” (professor 3)

“...o aluno é sempre visto como vítima e a valorização do professor está sempre abaixo do esperado. Se o governo quiser melhorar a educação deverá investir muito mais, principalmente em infraestrutura e em valorização do corpo docente...” (professor 2)

“O investimento em infraestrutura, nos salários dos professores e em curso profissionalizante. No entanto acredito que muito deverá ser feito para realmente conseguirmos uma educação de qualidade, mas isso demorará anos, pois só agora que os governos municipal, estadual e federal estão investindo um pouco mais em educação.” (professor 1)

“Os governantes precisam parar de culpar os professores por fracassos que são deles, pois eles sim prejudicam a educação com desvio de verbas, é preciso que eles façam uma política educacional de inclusão, oferecendo maior tempo de planejamento e formação continuada, valorizando o profissional da educação...” (professor 4)

4.1.5. Tráfico X Ensino: problemas de ordem social e política

Percebe-se que durante a entrevista, muitos professores ressaltaram o problema do tráfico de drogas nas escolas, principalmente no turno vespertino e noturno, a escola selecionada para a pesquisa, no ano de 2010, teve quatro alunos presos, três por tráfico de drogas e um por assalto a mão armada, fora os problemas encontrados e relatados pela coordenação de alunos que vendiam drogas na escola.

“Um problema sério que vejo nas escolas e que os governantes não fazem nada para mudar essa situação é o tráfico de drogas, existem alguns alunos que vêm para a escola só para fazer tráfico, entram na sala e atrapalham a aula e o aprendizado dos alunos que querem e precisam aprender... É preciso que a polícia trabalhe efetivamente nas escolas para impedir que esses tipos de alunos compareçam à escola” (professor 4)

“O tráfico de drogas é um problema sério, não só na nossa escola, mas em todos os lugares. Se nada for feito para impedir que alunos usuários e traficantes venham para cá, o ensino cada vez mais será prejudicado, pois os professores têm medo de

bater de frente ou ter qualquer atitude para impedir que esse tipo aluno atrapalhe sua aula.” (professor 3)

“É preciso que os governantes coloquem policiamento para os professores trabalharem, pois o tráfico é um problema sério, professores são agredidos fisicamente e verbalmente, não possuem nenhuma segurança e ainda precisam se preocupar com o aprendizado dos alunos “normais” e com necessidades especiais.” (professor 2)

“Acredito que se nada for feito logo, o tráfico de drogas tomará conta das escolas. O governo só se preocupa em “enfiar” jovens na escola, e culpar o professor pelo fracasso escolar, mas esquece de oferecer infraestrutura e segurança para que a gente trabalhe com dignidade. Outro problema é quando estamos lidando com adolescentes e adultos que estão envolvidos no mundo do crime e vão para escola porque o juiz determinou ou para fazer o tráfico, esses nós conhecemos os problemas, mas não temos muita opção para ajudar a resolvê-los.” (professor 1)

4.1.6. O professor e as necessidades especiais

Percebe-se que todos os professores entrevistados trabalham com alunos que possuem necessidades especiais, alguns conseguem identificar os problemas de aprendizado com mais facilidade que outros:

“Trabalho com diversos tipos de alunos. Aqueles que sofrem violência familiar, que usam drogas, que são traficantes, que são pobres e claro aqueles que possuem deficiência física, mental e déficit de aprendizado. As deficiências físicas e mentais são mais fáceis de identificar, mas aqueles alunos com déficit de aprendizado demora mais um pouco, pois não possuem laudo e nós, educadores, é que temos que fazer essa avaliação.” (professor 1)

“Trabalho com alunos que possuem deficiência e preciso de pelo menos duas semanas, em alguns casos, para identificar.” (professor 2)

“Sim trabalho com alunos que possuem necessidades especiais e alguns casos identifico nos primeiros dias de aula outros não.” (professor 3)

“Quando o aluno possui deficiência física ou mental fica mais fácil de ser trabalhado. Agora quando são jovens com necessidades especiais como dislexia, déficit de atenção, hiperatividade, entre outros, é mais complicado de se identificar e demoramos muito tempo para compreender esses problemas o que fica difícil tentar saná-los. Outro problema que agrava ainda mais a educação e a inclusão é a constante mudança de professores na escola, quando o educador consegue identificar o problema do aluno e como deve fazer para trabalhar, acaba o ano e muda de professor.” (professor 4)

Alguns Professores por possuírem pouco tempo de planejamento não fazem atividades diferenciadas para os alunos que possuem necessidades especiais, déficit de atenção ou deficiência física e mental. Eles alegam que avaliam de acordo com a participação, comportamento ou pelo que o professor itinerante passa:

“Em geral, não faço atividade diferenciada. Avalio o aluno pela vontade de fazer a atividade, pelo comportamento em sala e, quando existe, avalio pelo que o professor itinerante me passa.” (professor 3)

“O tempo de planejamento que possuímos é pouco, precisamos fazer o plano de ensino, corrigir provas e redação, sentar com o pedagogo para dizer o que estamos ensinando que não sobra tempo para elaborar atividades diferenciadas para os alunos com necessidades especiais. O que faço é tentar dar uma atenção diferenciada na sala de aula, explicando na mesa para eles quando não conseguem entender.” (professor 1)

“Quando tenho tempo preparo atividades diferenciadas sim para tentar avaliá-lo de uma forma diferente, por exemplo, como ele conseguiu evoluir no decorrer do trimestre, se conseguiu aprender algum fato que não sabia, mas com pouco tempo que temos de planejamento na escola e a falta de preparação dos profissionais que trabalham com a educação, impedem de trabalharmos de maneira a incluí-los no processo ensino-aprendizado.” (professor 2)

Quando foram questionados sobre a questão da inclusão escolar, se ajuda a diminuir o preconceito contra alunos que possuem deficiência, alguns docentes acreditam que sim, outros que não:

“Acredito sim. Não acreditava antes. Passei a acreditar quando trabalhei em uma rede municipal que oferecia apoio completo para tais alunos. E a evolução deles era facilmente vista. Alguns jovens passam a respeitar os deficientes quando passam a entender as necessidades que possuem.” (professor 3)

“Sem preparar os professores para receber estes alunos (formação continuada), acredito que esse método aumenta o preconceito, pois muitas vezes o aluno não acompanha a turma e o professor não prepara atividade diferenciada devido a vários fatores, deixando este aluno sem fazer nada em sala de aula enquanto os outros fazem as atividades comuns. É óbvio que eles irão se sentir “diferentes”.” (professor 4)

“A inclusão escolar é importante para o desenvolvimento do jovem, o problema é que nós não estamos preparados para trabalhar com esses alunos, muitos ficam ociosos, pois não há atividades diferenciadas para eles, mas mesmo sem fazer nada durante o ano letivo são aprovados, pois são amparados por lei. Na verdade isso gera um preconceito ainda maior, já ouvi aluno dizendo para uma menina que possuía deficiência visual “não sei por que vai fazer prova, você será aprovada mesmo.” (professor 2)

“Acredito que a inclusão escolar é de extrema necessidade para o crescimento pessoal dos alunos que possuem alguma deficiência e para aqueles jovens que convivem com esses alunos, mas se a escola não está preparada para recebê-los, essa inclusão se tornará na verdade exclusão, pois o aluno será tratado de forma diferenciada, ficará sem fazer atividades em sala, será um aluno disperso que se

sentirá diferente. Logo o preconceito será reflexo da falta de capacitação da escola.” (professor 1)

4.2. ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO COM O CORPO DISCENTE

Os alunos que responderam o questionário são jovens que possuem dificuldades de aprendizado, seja por problemas relacionados à deficiência física ou déficit de aprendizado. Nesse ponto da análise, foi interessante perceber como as respostas dos professores podem estar interrelacionadas a dos alunos.

É importante considerar que dos seis alunos, cinco alegaram que a família não participa ativamente do processo ensino-aprendizado e muito menos se envolve com a escola, logo eles não possuem o hábito de estudar. A maioria alegou que possui um bom relacionamento com os responsáveis, mas quando se trata de participar da vida escolar dos adolescentes, percebe-se que não há interesse, uns por serem maior de idade outros porque os pais trabalham.

Todos os alunos que responderam o questionário pertencem a classe popular, os pais não possuem ensino médio completo e são carentes financeiramente.

Todos alegam que possuem dificuldades em alguma disciplina, sendo que alguns não conseguem acompanhar o que o professor explica; outros não conseguem entender, devido a deficiência que possuem, mas percebe-se que eles não fazem nada para tentar sanar essas dificuldades, não tiram dúvidas com os professores e não têm o hábito de estudar em casa, alguns somente estudam no dia da prova ou numa noite anterior.

Outro fator que os alunos reclamam é devido à falta de criatividade do corpo docente para ensiná-los. Muitos alegam que as aulas são cansativas, pois precisam ficar cinco horas sentados em uma cadeira, copiando matéria no quadro ou ouvindo explicação dos professores, “é raro o professor fazer uma atividade diferenciada com a gente, fazer uma brincadeira em cima do conteúdo que ensinou, ficamos sentados de sete da manhã até meio-dia e vinte ouvindo um monte de blá, blá, blá, que na maioria das vezes não entendo nada.” (Paulo, 16 anos)

A aluna Josefina, 22 anos, alega que possui um bom relacionamento com os professores, mas como tem problemas na visão sente muita dificuldade de acompanhar o que falam na sala, pois os professores não fazem atividades diferenciadas para ela, que precisa ficar atrás do pedagogo se quiser fazer alguma atividade.

A falta de entendimento ou déficit de aprendizado impede que alguns alunos consigam acompanhar o desenvolvimento da turma, o que faz com que eles desistam de estudar, por isso a reprovação. “Tenho muita dificuldade para entender determinadas matérias como Matemática, não entendo nada que o professor fala e aí desisto de estudar.” (Jorge, 18 anos)

A aluna Mirtes, 20 anos, afirma que apenas uma professora a ajuda, pois dá aula de reforço em outro horário, sem cobrar nada, mas ela possui muita dificuldade em aprender e como tem duas filhas pequenas não tem tempo para estudar em casa. O quadro abaixo mostra um pouco da realidade dos alunos com a família e na escola, conforme foi mostrado acima:

Descrição	Sim	Não
Seu pai ou sua mãe participa de sua vida acadêmica?	1	5
Seu pai ou sua mãe te ajuda nas tarefas escolares?	0	6
Seu pai ou sua mãe incentiva você a fazer sempre o melhor?	0	6
Seu pai ou sua mãe fica sabendo quando você tira nota boa?	0	6
Você tem o hábito de estudar todos os dias?	0	6
Seu professor tira suas dúvidas na hora da aula?	4	2
Você pede ajuda ao professor quando está com dúvidas?	2	4
Existe alguma atividade diferente para que vocês consigam entender melhor a matéria?	2	4

Quadro 1 - Realidade dos alunos com a família e na escola

Fonte: Autora.

4.3. ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO

Durante um mês os professores e os alunos com dificuldades de aprendizado foram observados. Percebe-se que os professores não estão preparados para lidar com alunos que possuem deficiências físicas e mentais e déficit de aprendizado.

Em um episódio, a aluna Josefina, 22, precisou sair da sala algumas vezes para pedir ao pedagogo que ampliasse os conteúdos e as atividades que os professores passavam para os outros, o que impediu que ela ouvisse a explicação dada por eles. Outro fator é que na maioria do tempo ela ficava ociosa, não fazia nada. A pesquisadora conversou com a jovem que disse os problemas que vivia em casa, com a família, e a vontade que tinha de arrumar um namorado.

O aluno Jorge, 18, possui um problema de timidez muito sério, percebe-se que ele é um aluno especial, pois fica calado o tempo todo e mesmo quando surge dúvidas não fala nada e nem pede ajuda aos colegas. Por essa dificuldade ele não faz as tarefas e fica o tempo todo ocioso. A professora 3 em alguns momentos ia a carteira do aluno e tentava esclarecer as dúvidas, mas como ele não sabia calcular direito desistia de fazer os exercícios. Quando foi questionado sobre a vida dele, quase não falou nada, apenas escreveu da dificuldade que sentia e respondeu o questionário.

O aluno Matheus, 15, é um aluno especial, faltoso e indisciplinado, pois conversa e atrapalha a aula o tempo todo. Como a pesquisadora conhece o menino, ele relatou um pouco de sua vida. Disse que a mãe largou o pai, foi embora com outro homem e o abandonou, nota-se uma carência afetiva muito grande. Esse aluno foi preso e o responsável procurou a coordenação para comunicar o ocorrido. Além de possuir um grande déficit de aprendizado é extremamente desinteressado. Durante as observações, a pesquisadora conseguiu ter contato com o aluno apenas duas vezes.

Em relação aos professores, percebe-se que, quando o aluno Matheus aprontava na sala, eles o mandavam para coordenação. Durante um dia de aula, de 12h40min as 18h00min, o menino foi para a coordenação duas vezes. Quando estava na sala não fazia nada e os professores também o ignoravam.

A aluna Mirtes é extremamente especial e precisa de acompanhamento de pessoas preparadas para lidar com alunos com necessidades especiais como psicólogo, serviço social, conselho tutelar, entre outros. Percebi que a aluna possui um sério problema de aprendizado, pois ela troca as letras, quando lê algum texto, inventa palavras, não consegue fazer cálculos, e foi empurrada pelos professores até hoje. Ela não possui condições de cursar o ensino médio, sem que haja uma equipe preparada para ajudá-la, na verdade não ocorre inclusão e sim exclusão, pois a aluna não entende o que o professor fala, não consegue acompanhar a matéria e quando tem dúvidas não procura maneiras de saná-la. Possui acompanhamento de professor itinerante, o pedagogo solicitou, mas isso é tudo, nada mais foi ou é feito. A pesquisadora acompanha essa aluna desde 2008 e percebeu que até o ano de 2010 foi pequena a evolução que ela teve.

Os professores tratam Mirtes como uma aluna normal, não produz atividades diferenciadas nem procuram ajudá-la na sala de aula.

O aluno Paulo é um jovem agitado e indisciplinado, parece ser hiperativo, pois não consegue ficar quieto nem prestar atenção na aula, para esse menino sossegar e preciso ameaçá-lo, dizendo que irá mandá-lo para a coordenação. Como o menino não consegue prestar atenção nas aulas, possui um grande déficit de aprendizado, o que o torna um aluno especial.

O aluno Pedro é deficiente auditivo e não fala, possui um sério déficit de aprendizado, pois não escreve corretamente. É um jovem alegre e brincalhão. Os professores possuem muita dificuldade para se comunicar com ele, pois nenhum deles sabe libras e muitas vezes têm que escrever o que falam para que o garoto entenda.

Todos esses alunos são especiais e precisam de apoio para conseguir superar esses problemas e se tornarem cidadãos de bens. A escola precisa se adaptar a esses jovens e procurar meios de se adequar às necessidades que eles possuem. É preciso que o governo prepare todos os professores com curso de Libras, formação continuada, disponibilize lupas e pessoas para acompanhar os deficientes visuais na sala de aula, ajudando o educador no que for preciso. Enquanto não houver

realmente uma política de inclusão em que a escola se adapte às deficiências e dificuldades do aluno, a inclusão escolar será apenas uma utopia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas são instituições importantes na vida de todos os seres humanos, pois elas proporcionam uma relação de contato social, emocional e afetiva, no entanto estão longe de se tornarem inclusivas, pois não possuem recursos suficientes nem pessoas preparadas para diminuir as diferenças que ocorrem dentro delas. O que existe, na verdade, são projetos de inclusão parciais, ou seja, os alunos com necessidades especiais, por exemplo, são “incluídos”, “mas atendidos de forma segregada: em classes especiais, em turmas de aceleração, em escolas especiais, com professores itinerantes, etc.” (CARVALHO, 2000).

Percebe-se que as escolas justificam o fracasso da inclusão escolar alegando que os professores não estão aptos a trabalharem com alunos que possuem certas necessidades especiais. Os docentes possuem sim uma resistência em relação à inclusão, isso porque não há um programa de formação continuada e a falta de preparo na formação inicial é grande. Muitos professores começam a vida profissional sem experiência com alunos que possuem deficiências, impossibilitando de trabalhar de maneira diferenciada, ou seja, com a necessidade de cada aluno. Outro fator é a falta de credibilidade que os alunos possuem em relação ao desenvolvimento acadêmico, os educadores, por não acreditarem que alunos especiais conseguirão acompanhar os avanços dos colegas, acabam discriminando-os em salas de aulas de ensinamentos regulares, afirmando que eles deveriam frequentar classes especiais.

É importante que o governo ofereça melhores condições de funcionamento do sistema educacional, valorizando o professor como profissional com melhores salários, possibilitando que ele dedique seu tempo aos planejamentos de inclusão escolar e social, ao invés de culpá-lo por tudo de negativo que ocorre na escola, além de estimular o permanente aperfeiçoamento como profissional, oportunizando a formação continuada a todos os docentes. Oferecer recursos disponíveis para o trabalho pedagógico, diminuir o número de alunos por turma, com o objetivo de oportunizar o atendimento individualizado, ou seja, o professor poderia se dedicar àqueles que apresentam dificuldades de aprendizado e características diferenciadas, dessa forma a educação dos alunos com necessidades especiais terá maior probabilidade de obter êxito. Uma pessoa, apresentando ou não necessidades especiais, é diferente da outra, portanto, seu desenvolvimento e tempo para assimilação de conteúdos e aprendizado não são iguais.

O que se percebe no cotidiano escolar são alunos com necessidades especiais inseridos em classes regulares sem recurso qualquer, deixando-os “alheios aos acontecimentos e às atividades em sala de aula, porque muito pouco de especial é realizado em função de suas diferenças”. (CARVALHO, 2000).

Na verdade a escola deve se adaptar ao aluno e não o contrário, como ocorre hoje em dia; os alunos se adaptam à escola. O princípio da inclusão exige essa mudança.

De acordo com Correia (OLIVEIRA, 2006), em seu artigo “*Inclusão Escolar: concepções de professores de alunos deficientes mentais na educação regular*”, a

proposta de inclusão defende uma escola em que a criança seja vista em sua totalidade, respeitando seus níveis de desenvolvimento (o acadêmico, o socioemocional e o pessoal), propiciando a ela uma educação de qualidade.

O aluno deficiente possui necessidades que não o impedem de frequentar o ensino regular, desde que a escola esteja adequada ao modo como ele aprende, ou seja, deve haver recursos pedagógicos que atendam as necessidades específicas dele para efetivar a aprendizagem.

Nesse sentido, Schmitz (REGANHAN, 2006) afirma que os recursos pedagógicos são importantes, pois auxilia o estudante a pensar, possibilitando o desenvolvimento de sua imaginação.

O docente deve estimular o estudante a desenvolver ao máximo suas potencialidades. Deve planejar suas aulas com eficiência e selecionar recursos que facilitem o aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento do aluno.

Schmitz (REGANHAN, 2006) ainda ressalta que os recursos contribuem para o desenvolvimento da capacidade criativa do aluno:

Motivam e despertam o interesse; vitalizam a atividade do aluno; favorecem o desenvolvimento da capacidade de observação; dão consistência ao essencial de cada tema; reforçam a aprendizagem, possibilitando uma integração das diversas atividades; aproximam o aluno da realidade; visualizam ou concretizam os conteúdos da aprendizagem; fornecem material da experiência; ilustram as noções mais abstratas; permitem a fixação das aprendizagens; oferecem informações e dados; servem para desenvolver o domínio psicomotor; valem para experimentação concreta. (REGANHAN, 2006, p. 29)

Portanto, os recursos utilizados em sala são de extrema importância para o desenvolvimento das potencialidades do aluno e pode facilitar seu aprendizado, propiciando a inclusão social e econômica deles.

O planejamento é fundamental para o trabalho do professor e para o aprendizado do alunado. As estratégias que serão utilizadas devem ser propostas para favorecer experiências diferenciadas, autonomia, produtividade e integração. A estratégia de ensino visa à formação do aluno, pois, com o seu envolvimento, durante as aulas, é possível manter atenção, concentração e programar o aprendizado.

Para que a inclusão escolar aconteça com eficácia é necessário o professor combinar as diversidades dos alunos com planejamento e estratégia de ensino, com o objetivo de buscar melhores resultados. Todavia, não basta apenas rever a metodologia de ensino. É preciso que a escola proporcione reais condições para que o processo ensino-aprendizagem se concretize. É preciso aceitar as diferenças e trabalhar para que elas sejam diminuídas e que cada aluno tenha um atendimento diferenciado, conforme a necessidade que possui em sala. O educador deve conhecer as dificuldades que o aluno possui, e mudar, quando necessário, suas atitudes e práticas pedagógicas, desenvolvendo técnicas que irão avaliar o aluno e seu trabalho como professor. Conhecer o aluno ajuda a escolher estratégias que irão

respeitar a diversidade social e escolar, além de incentivar a individualização. O ensino deve estar comprometido com o aluno, deve levá-lo a ações reflexivas que ajudem a transformar o seu cotidiano, para melhorar sua qualidade de vida.

Muitas vezes retomar temas como fracasso e inclusão escolar nos faz refletir sobre a realidade da legislação na área de Educação. Estão as leis de acordo com a realidade das salas de aula? As escolas realmente disponibilizam recursos e pessoas capacitadas para que todos sejam incluídos num aprendizado de qualidade ou tenta apenas, de qualquer jeito, obedecer ao que está escrito na Constituição Federal e na Legislação?

Durante todo o trabalho de entrevistar e observar os professores e os alunos, de escrever a monografia, percebe-se como é grande a responsabilidade da profissão professor, não apenas para ensinar conteúdos ou orientar os jovens na sala de aula para serem mais críticos ou criativos, mas a família e os governantes cobram do educador a responsabilidade por ensinar a vida, ou seja, todas as necessidades para o desenvolvimento pessoal e profissional estão sendo jogadas para os docentes e se o aluno fracassou por qualquer motivo, o problema está e é do professor.

Portanto, discutir as leis referentes à inclusão é extremamente importante para que o educador consiga fazer um bom trabalho. Ele precisa compreender a legislação para cobrar dos governantes e da escola recursos e capacitação para a produção de uma educação com base na inclusão escolar e social que seja realmente efetiva e que tenha resultados.

Oferecer um ensino de qualidade que inclua todos os alunos, não apenas aqueles que possuem deficiência, é extremamente importante para o desenvolvimento social de qualquer local ou região. O problema é como fazer isso se não há investimento efetivo e necessário em educação. O professor precisa usar a criatividade para conseguir fazer um trabalho de qualidade, mas que muitas vezes não funciona com todos.

Verificou-se durante a pesquisa, que apesar da escola não estar preparada para receber alunos com necessidades especiais, há boas intenções dos professores em melhorar o aprendizado. Para isso, precisariam de um tempo maior para o planejamento, maior reconhecimento e valorização por parte dos governantes e da gestão escolar.

Os resultados obtidos revelam que os professores culpabilizam a família, o desinteresse, a indisciplina dos alunos e a falta de investimento em educação pelo insucesso escolar. No entanto, percebe-se que eles também não estão preparados para lidar com o diferente, com pessoas que precisam ser orientadas mais de perto. Os educadores responsabilizam o governo pelo fracasso escolar e são culpados pelos governantes pelo insucesso do aluno, mas não procuram meios para mudar essa situação.

A exclusão ocorre porque os indivíduos não estão preparados para se relacionar com o diferente, têm medo, preconceito e talvez desinteresse na busca de alternativas para combatê-la, de um modo geral, na sociedade.

Promover espaços de inclusão é de extrema necessidade, mas para ocorrer com sucesso, deve haver mudanças de atitude por parte dos governantes, gestores, docentes, discentes e família, ou seja, de toda a comunidade escolar.

Aceitar a inclusão é compreender que vivemos em uma sociedade onde as diferenças são reais e devem ser respeitadas. A educação é responsável para que essa ideia de respeito mútuo aconteça, para que ocorra uma mudança de comportamento de todos que participam do processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais ou não, e um dos objetivos é conscientizar sobre assuntos necessários para se combater a discriminação. A inclusão faz com que as pessoas reflitam sobre preconceitos que tinham anteriormente, fazendo com que elas se aproximem daquilo que consideravam “anormal” e incapaz. Aceitar o diferente e respeitar a todos é extremamente necessário para que a inclusão aconteça com eficiência.

No entanto ela só deixará de ser uma utopia, quando todas as pessoas que possuem alguma deficiência, seja ela física ou mental, tiverem as mesmas oportunidades na sociedade, tanto na educação quanto no mercado de trabalho.

A inclusão escolar e social não é um assunto novo a ser tratado, mas que precisa ser amadurecido e pesquisado com intensidade. Famílias, educadores, governantes deveriam se unir para construir um mundo mais igualitário, em que todos possam ter a oportunidade de estudar e trabalhar para melhorar e mudar a qualidade de vida e a situação em que estão inseridos.

Portanto cumprir a lei apenas sem respeitar as pessoas que estão envolvidas no processo educativo impedirá que a inclusão aconteça. É preciso agir e logo, o governo deve aumentar o número de planejamentos dos professores, diminuir o número de alunos por sala, investir em infraestrutura adequada a todos, principalmente aqueles alunos que possuem necessidades especiais, investir em segurança, ou seja, colocar policiais para trabalhar em todas as escolas, valorizar os professores com melhores salários e formação continuada, incentivar a família a participar da vida acadêmica dos jovens. Com o investimento em educação poderemos pensar em inclusão eficiente e de qualidade.

6. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, D.A. M. E. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Diferenças e Preconceito na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

BLIN, Jean-François. **Classes difíceis: ferramentas para prevenir e administrar os problemas escolares**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. 3. ed. atual. São Paulo : SITRAEMFA, 1991.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. (Série legislação).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9.394/96. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Brasília, DF: 1989.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Senado Federal, 1997.

BRASIL. **Formação de professores para educação inclusiva/integradora**. Brasília, DF: SEESP : MEC. 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, DF: MEC : SEESP, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC : SEESP, 2001.

BRASIL, C. **Declaração de Salamanca e Linha Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994

BRUNER, J. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BUENO, J. S. **Educação especial brasileira - integração/segregação do aluno deficiente**. São Paulo: Educ, 2004.

CARVALHO, R. E.. **Temas em Educação Especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CRUZ, S.H.V. **A representação da escola em crianças da classe trabalhadora**. Dissertação (mestrado). São Paulo: IPUSP; 1987.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. In: Educar, nº 24, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

GÓES, Maria Cecília Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (org.). **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. 3 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

MACHADO, A.M. **Crianças de classe especial: efeitos do encontro da saúde com a educação**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1994.

MACIEL, D. A.; RAPOSO, M. B. T. **Metodologia e Construção do conhecimento: Contribuições para o estudo da inclusão**. Brasília, DF: UNB, 2010. Disponível em: < <http://uab.unb.br/moodle/course>>. Acesso em: 19 ago. 2010.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência**. Bauru/SP: Práxis, 2007.

OLIVEIRA, A. S. **Inclusão digital**. IN: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (ORG.) Experiências com tecnologias de informação e comunicação na educação. Maceió: EDUFAL, 2006.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PADILHA, A. M. **O que fazer para não excluir**. Campinas: Autores Associados, 2004.

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

REGANHAN, W. G. **Recursos e estratégias para o ensino de alunos com deficiência: percepção de professores.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, Luciana Carla dos; MARTURANO, Edna Maria. **Crianças com dificuldade de aprendizagem: um estudo de seguimento.** *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 1999, vol.12, n.2, pp. 377-394. ISSN 0102-7972. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso dia 20 de agosto de 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação.** 3 ed. rev. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. <http://projetos.inf.ufsc.br>. Acesso dia 19 de junho de 2010.

WERNER, J. **Saúde e Educação: desenvolvimento e aprendizagem do aluno.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

7. APÊNDICES

A – ENTREVISTA COM OS DOCENTES

- 1) Fale um pouco sobre você (de onde veio, onde trabalha, formação, etc)
 - 2) Como você se tornou professor(a)?
 - 3) Como tem sido a sua experiência como docente?
 - 4) Para você, quais são as mudanças significativas que vem acontecendo na educação brasileira nos últimos anos?
 - 5) Como vê a educação no futuro próximo?
- Em relação aos alunos podemos observar algumas situações, como os casos de alunos que se negam a realizar suas atividades e de outros que, sem motivo algum, xingam e agredem os colegas até os professores, sempre causando estranheza, fazendo-nos refletir sobre nossa profissão.
6. Algum aluno já te agrediu verbalmente ou fisicamente? Por quê?
 7. Como é sua relação com os alunos?
 8. Você compreende o processo de aprendizagem da criança e realmente conhece os problemas de seus alunos?
 9. Como o aluno vê seus fracassos? A quem ele atribui a culpa por não aprender?
 10. Você trabalha com alunos que possuem necessidades especiais? Em quanto tempo você consegue identificar as necessidades que possuem?
 11. Quantos alunos você possui com deficiência física ou mental?
 12. Você consegue trabalhar com eles? Prepara alguma atividade diferenciada para ensiná-los?
 13. A família participa do processo ensino aprendido desses alunos. Como você acreditaria que eles poderiam ajudar essas crianças a melhorar o aprendizado?
 14. Existe algum acompanhamento de pessoas preparadas para lhe dar com alunos deficientes como psicólogo, serviço social, conselho tutelar, entre outros na escola? Qual a importância desses órgãos para o aprendizado?
 15. O que você acha da inclusão de alunos com deficiência em escolas de

ensino regular pública? Você acredita que esse método pode diminuir o preconceito social?

16. Em relação ao fracasso escolar. O que você faz para mudar essa situação e promover o aprendizado dos alunos?

B – QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES**QUESTIONÁRIO**

1 - Sexo: () Masculino () Feminino

2 - Idade:

3 - Escolaridade da mãe:

4 - Escolaridade do pai:

5 - A mãe trabalha? () sim () não

6 - O pai trabalha? () sim () não

7 - Como é o relacionamento com os seus pais? () ruim () bom () ótimo

8 - Seu pai ou sua mãe participa de sua vida acadêmica? () sim () não

9 - Seu pai ou sua mãe te ajuda nas tarefas escolares? () sim () não

10 - Seu pai ou sua mãe incentiva você a fazer sempre o melhor.
() sim () não

11 - Seu pai ou sua mãe fica sabendo quando você tira notas boas.
() sim () não

12 - Você tem o hábito de estudar todos os dias. () sim () não

13 - Você possui dificuldade em alguma disciplina. () sim () não.

Qual? _____

14 - O que faz para conseguir superar as dificuldades? () nada. () estuda em casa com a ajuda dos pais. () estuda em casa mais sozinha. () estuda na escola.

() outros: _____

15 – Como é o relacionamento com os professores? () ruim () bom () ótimo

16 – Seus professores tiram suas dúvidas na hora da aula? () sim () não

17 – Você pede ajuda ao professor quando está com dúvidas? () sim () não

18 – Existe alguma atividade diferente para que vocês consigam entender melhor a matéria?

() não () sim. Qual? _____

OBS:

8. ANEXOS

Termo de consentimento



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa _____ (RELACIONAR O QUE SERÁ FEITO: POR EXEMPLO gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs , INCLUSAÕ, ETC e, ainda, entrevistas (gravadas em áudio) com os professores no intuito de). Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Para isso, solicito sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Seu(sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone ou no endereço eletrônico [.....](#). Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda doUAB – UnB

Sim, autorizo a participação de meu(minha) filho(a) _____
neste estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____